

## CPMI DO INSS

## Filho de ex-diretor na mira

Escritório de advocacia de Eric Fidelis, cujo pai atuava no setor de benefícios da autarquia, movimentou R\$ 14 milhões em três anos

» ALÍCIA BERNARDES

O escritório de advocacia de Eric Fidelis, filho do ex-diretor de Benefícios do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), André Fidelis, movimentou mais de R\$ 14 milhões em menos de três anos. Aberto em junho de 2022, quando Eric tinha 30 anos, o escritório acumulou cifras milionárias em curto espaço de tempo, conforme relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) e investigações da Polícia Federal (PF). Parte desses valores teria origem em entidades suspeitas de fraudar aposentados e pensionistas.

De acordo com informações enviadas à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS, entre novembro de 2023 e julho de 2025, o escritório registrou R\$ 6,6 milhões em receitas e R\$ 5,3 milhões em despesas. A Polícia Federal aponta que aproximadamente R\$ 5,1 milhões foram pagos por associações investigadas por aplicar descontos indevidos diretamente na folha de pagamento de beneficiários do instituto.

A PF afirma ainda que a estrutura jurídica criada por Eric foi utilizada para intermediar repasses de subornos destinados ao pai, André Fidelis. O empresário Antônio Carlos Camilo Antunes, conhecido como Careca do INSS, seria um dos principais responsáveis por transferências. Em depoimento à CPMI, ele confirmou ter contratado empresas ligadas a familiares de dirigentes do INSS, mas alegou que os contratos tinham objeto legítimo. “Eric se apresentou com um material sobre educação financeira e jurídica para aposentados, inclusive com um aplicativo. Eu sabia que ele era filho de André Fidelis”, disse, na ocasião.

Além das transações do escritório, a CPMI obteve informações sobre as finanças pessoais de Eric. Entre fevereiro de 2023 e

Foto: Andressa Anholette/Agência Senado



A CPMI do INSS, que investiga as fraudes contra aposentados e pensionistas, recebeu relatório do Coaf sobre movimentações financeiras

março de 2024, suas contas bancárias movimentaram mais de R\$ 10 milhões. Em uma das contas, aberta em Brasília, entraram R\$ 3,8 milhões e saíram R\$ 4 milhões em apenas seis meses. A renda formal declarada, no entanto, era de pouco mais de R\$ 13 mil. Para o Coaf, a incompatibilidade entre a renda declarada e a movimentação financeira caracteriza risco de irregularidades.

Os relatórios de inteligência apontam ainda que a maior parte das operações foi feita por transferências de pessoas físicas e jurídicas vinculadas ao

escritório, indicando possível uso de contas pessoais para transações empresariais.

“O principal ponto é a incompatibilidade entre valor de renda informada, atividade e movimentação de crédito recebido no período analisado”, destaca o documento. Para o Coaf, o caso apresenta sinais de movimentação incompatível com patrimônio, atividade econômica e capacidade financeira.

O escritório de Eric Fidelis é especializado em direito previdenciário e também atuou em ações contra o INSS. O órgão de inteligência considerou essa

relação mais um indício de conflito de interesse.

Procurado, Eric não respondeu aos contatos da reportagem, e a defesa de André Fidelis não foi localizada. As investigações seguem em andamento na Polícia Federal e na CPMI, que deve retomar oitivas de personagens centrais do esquema nos próximos dias.

## Carro de luxo

Também de acordo com documentos do Coaf, o ex-procurador-chefe INSS Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho tentou comprar

um carro de luxo avaliado em R\$ 380 mil pouco mais de um mês depois da operação da Polícia Federal que o afastou do cargo.

Conforme o Coaf, o ex-servidor solicitou ao banco uma reserva para compra de Audi A5 Sedan Performance S Edition. A solicitação feita por ele caiu no “monitoramento diário” bancário de 28 de maio deste ano.

A Operação sem Desconto, da Polícia Federal, foi às ruas em 23 de abril. Com isso, foi gerado um alerta ao Coaf, que recebe comunicações bancárias sobre movimentações suspeitas.

## Saiba mais

## “Incremento patrimonial”

De acordo com as investigações, o ex-procurador-chefe do INSS Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho teve um “incremento patrimonial” de R\$ 18 milhões do grupo que estaria no centro das fraudes. Os repasses teriam ocorrido por meio de empresas e contas bancárias da mulher dele. Entre os remetentes da verba, está Antônio Carlos Camilo Antunes, o Careca do INSS, apontado como um dos principais articuladores do esquema. A CPI do INSS aprovou, na quinta-feira, a convocação de Virgílio Oliveira Filho para prestar depoimento, o que ainda não tem data para ocorrer. Virgílio Oliveira Filho foi nomeado para o cargo de procurador-geral do INSS pela primeira vez em 2020, no governo do ex-presidente da República Jair Bolsonaro (PL), e permaneceu no cargo até 2022, quando passou a atuar como consultor jurídico do Ministério do Trabalho e Previdência.

O documento não especifica se o veículo chegou a ser comprado ou não. Procurado, ele não se manifestou.

“Nesse momento, o cliente está afastado pela Justiça de sua posição e alegou à PF que usou parentes para receber valores de lobistas e firmas ligadas a entidades sob suspeita no INSS. Entendemos pela comunicação devido a posição a qual o cliente ocupava e foi afastado e os motivos desse afastamento se refletiram em investigações da Polícia Federal voltadas a fraude bilionária do INSS”, diz o relatório. (Com Agência Estado)

## GOVERNO

## Lula relata susto, de novo, com pane em avião

» VICTOR CORREIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva contou, ontem, que sofreu com uma pane em avião ao embarcar de Belém para a Ilha do Marajó na quinta-feira. Ele disse que precisou descer às pressas de um avião da Força Aérea Brasileira (FAB) após ocorrer um problema no motor.

No ano passado, o avião principal da Presidência, VC-1, também sofreu uma pane no motor, mas em voo, e precisou circular por quatro horas o aeroporto da Cidade do México com apenas um dos motores funcionando antes de poder pousar.

“Eu fui agradecer à Nossa Senhora de Nazaré, porque ontem aconteceu um outro problema comigo no avião. Eu fui pegar o avião para a Ilha do Marajó, e

teve um problema no motor do avião, um avião Casa da Força Aérea Brasileira”, disse Lula em entrevista à TV Liberal, afiliada da TV Globo em Belém.

O chefe do Executivo comentava a visita que fez à Basílica de Nossa Senhora de Nazaré. “E eu só tenho a agradecer a Deus, porque poderia ter tido um problema quando eu estivesse no ar. Ainda tivemos que descer do avião com medo de que o avião pegasse fogo, e aí nós fomos em um avião Brasília. Eu fui de noite agradecer à Nossa Senhora”, reiterou.

Em nota após a entrevista, o Planalto afirmou que o incidente ocorreu em uma aeronave Casa C-105 Amazonas, um cargueiro de médio porte turboélice usado principalmente para o transporte militar. Segundo o Executivo, o avião não costuma ser usado para

Ricardo Stuckert / PR



Lula visitou a Basílica de Nossa Senhora de Nazaré para agradecer

o transporte de autoridades, mas foi selecionado por ter capacidade de pousar em pistas mais curtas e acidentadas, comuns na região amazônica.

“Ainda em solo, durante os procedimentos de acionamento dos motores, foi identificado um problema técnico-operacional na aeronave. Por precaução e seguindo



E eu só tenho a agradecer a Deus, porque poderia ter tido um problema quando eu estivesse no ar. Ainda tivemos que descer do avião com medo de que o avião pegasse fogo, e aí nós fomos em um avião Brasília”

Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República

protocolos de segurança, a FAB optou por utilizar uma aeronave reserva (sempre disponível nas missões presidenciais). O modelo utilizado foi um C-97 Brasília”, explicou o Planalto.

O incidente anterior mencionado por Lula na entrevista ocorreu há um ano, quando ele voltou do México para o Brasil. Após o caso, o VC-1 passou por uma revisão antes de voltar a ser utilizado pelo presidente. O chefe do Executivo também anunciou que compraria um avião mais

moderno para a Presidência, o que ainda não ocorreu.

Lula esteve no Pará entre quinta e sexta-feira, onde participou de uma série de inaugurações de obras relacionadas à COP30, a ser realizada no estado no próximo mês. Ontem, Lula visitou o Museu das Amazônias e o Parque da Cidade, onde os principais eventos da COP serão realizados. “Cada centavo que nós colocamos aqui é do povo de Belém, e ninguém tira mais”, ressaltou o presidente durante a visita.

## JUDICIÁRIO

## Votos para manter Moro como réu por calúnia

» VANILSON OLIVEIRA

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) iniciou, ontem, a análise de um recurso do senador Sergio Moro (União-PR), que tenta derrubar a denúncia por calúnia apresentada contra ele após declaração envolvendo o ministro Gilmar Mendes. Até o fechamento desta edição, dois votos tinham sido depositados no plenário virtual — ambos contra Moro — e o colegiado se aproxima de formar maioria pela continuidade do processo, que tem prazo final na próxima semana.

A relatora do caso, ministra Cármen Lúcia, rejeitou os argumentos da defesa e sustentou que o tipo de recurso apresentado não é

adequado para modificar o resultado do julgamento anterior. O ministro Alexandre de Moraes acompanhou integralmente a relatora, criando um placar de 2 a 0 para a manutenção da denúncia. Ainda faltam votar os ministros Luiz Fux, Cristiano Zanin e Flávio Dino.

O julgamento ocorre no plenário virtual, sistema em que os ministros depositam seus votos eletronicamente. O processo foi iniciado ontem e deve ser concluído em 10 de outubro, próxima sexta-feira. Nesse período, há a possibilidade de pedido de vista, que suspenderia temporariamente a análise, ou de pedido de destaque, que levaria a discussão para julgamento presencial.

Geraldo Magela/Agência Senado



O senador Sergio Moro é acusado de calúnia contra decano do STF

O caso ocorreu em abril de 2023, quando circulou nas redes sociais um vídeo em que Moro, durante uma festa junina,

ironizou Gilmar Mendes. Em conversa com pessoas presentes, após ouvir uma mulher dizer que “está subornando o velho”, o ex-juiz

respondeu: “Não, isso é fiança. Instituto para comprar um habeas corpus do Gilmar Mendes”.

A Procuradoria-Geral da República (PGR) entendeu que a declaração configurava calúnia contra o decano do STF e apresentou denúncia. Em julho de 2024, a Primeira Turma recebeu a acusação por unanimidade, tornando Moro réu. A defesa do senador, no entanto, insistiu que a fala não passou de uma “piada infeliz” feita em tom de ironia.

No voto, Cármen Lúcia destacou que embargos de declaração só podem ser usados para esclarecer pontos obscuros, omissos ou contraditórios, ou ainda corrigir erro material. Para a ministra, a peça protocolada pela defesa de Moro não cumpre esses requisitos e tem apenas a intenção de rediscutir o mérito da decisão já tomada. “A petição recursal não

visa esclarecer omissão ou contradição, mas simplesmente alterar o conteúdo do julgado”, escreveu a relatora. Ela ainda explicou que a etapa de recebimento da denúncia tem caráter formal, servindo apenas para verificar se a acusação atende aos requisitos mínimos para dar início à ação penal.

O advogado criminalista Berlinque Cantelmo, sócio do RCA Advogados, afirma que o mérito do caso gira em torno do limite entre crítica política e crime contra a honra. “A acusação entendeu que Moro ultrapassou a linha ao atribuir crime a um ministro da Suprema Corte sem provas, o que configura calúnia. Já a defesa sustenta que se tratou de ironia em ambiente social, protegida pela liberdade de expressão. Essa tensão entre crítica política e responsabilização penal é o cerne da discussão”, explicou.